

DISCIPLINA: Direito e Estado na Era Digital – Tópicos Avançados em Proteção da Infância

TEMA ESPECÍFICO: A Monetização Infantil na Era Digital e os Direitos Humanos

NÍVEL: Mestrado Acadêmico em Direito e Estado na Era Digital

CARGA HORÁRIA: 30h (presencial/online síncrona)

Ementa

Análise interdisciplinar da monetização infantil no contexto das plataformas digitais e redes sociais, sob a ótica dos Direitos Humanos e do Direito Internacional dos Direitos da Criança. Discussão sobre o direito à privacidade, à proteção de dados pessoais e à dignidade humana de crianças e adolescentes, com base na Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e instrumentos internacionais como a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU), Observações Gerais do Comitê dos Direitos da Criança e diretrizes do UNICEF. Responsabilidade civil, penal e ética de pais, tutores, plataformas digitais e anunciantes diante da exposição e exploração econômica de menores em ambientes virtuais. Estudo dos limites jurídicos e éticos da participação de menores em atividades lucrativas online. Análise dos fenômenos da adultização infantil e da exploração sexual com finalidade econômica nas redes, compreendendo tipificações criminais, medidas de prevenção, atuação estatal e mecanismos de cooperação internacional. Perspectivas comparadas de regulamentação internacional e tendências legislativas no Brasil.

Objetivos

Geral:

Investigar, sob o ponto de vista jurídico, ético e de Direitos Humanos, os impactos da monetização infantil na Era Digital, propondo interpretações e soluções normativas para a proteção integral de crianças e adolescentes.

Específicos:

1. Examinar o conceito e as práticas de monetização infantil nas plataformas digitais.
 2. Analisar a relação entre direito à privacidade, proteção de dados e dignidade humana de menores.
 3. Estudar a responsabilidade parental e os limites do consentimento à luz dos Direitos Humanos.
 4. Discutir os aspectos criminais da adultização infantil e da exploração sexual monetizada na internet.
 5. Avaliar experiências legislativas e regulatórias internacionais e sua conformidade com tratados de Direitos Humanos.
 6. Propor estratégias jurídicas, regulatórias e políticas públicas com base no princípio do melhor interesse da criança.
-

Conteúdo Programático

1. **Introdução à Monetização Infantil e Direitos Humanos**
 - Conceito, formas e exemplos de monetização infantil.
 - Princípio da dignidade da pessoa humana e o “melhor interesse da criança”.
 - A infância como sujeito de direitos no sistema internacional.
2. **Marco Jurídico Nacional e Internacional**
 - Constituição Federal e o status constitucional dos tratados de Direitos Humanos.
 - ECA, LGPD e proteção da criança.
 - Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU), Observações Gerais nº 25 (2021) sobre ambiente digital.
 - Regras de Brasília e diretrizes do UNICEF sobre crianças e ambiente online.
3. **Privacidade, Proteção de Dados e Direitos Humanos**
 - Proteção de dados pessoais como direito fundamental.
 - Risco de superexposição, rastreamento e perfilamento digital.
 - Interseção entre liberdade de expressão, imagem e privacidade de menores.
4. **Responsabilidade Parental, Tutelar e das Plataformas**
 - Deveres de cuidado e vigilância à luz do direito interno e internacional.
 - Responsabilidade civil e penal por danos decorrentes da exposição digital.
 - Deveres das empresas de tecnologia conforme princípios de due diligence em Direitos Humanos (ONU – Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos).
5. **Aspectos Criminais e Proteção Integral**
 - Tipificação penal da exploração sexual infantil online (ECA, Código Penal, protocolos internacionais).
 - Adultização infantil como forma de violência cultural e de gênero.
 - Cooperação jurídica internacional em crimes digitais contra menores.
6. **Regulação, Políticas Públicas e Direitos Humanos**
 - Experiências legislativas internacionais (França, Reino Unido, EUA) com enfoque em Direitos Humanos.
 - Tendências regulatórias brasileiras.
 - Desafios na harmonização entre liberdade econômica, liberdade de expressão e proteção integral da infância.
7. **Perspectivas Futuras**
 - Inteligência artificial, deepfakes e manipulação de imagens de crianças.
 - Prevenção e educação digital como política de Direitos Humanos.
 - Agenda 2030 (ODS 16.2) e combate à exploração e abuso de crianças.